



Ministério do Trabalho e Emprego
Assessoria Especial de Controle Interno

ATA DE REUNIÃO

Aos 12 dias do mês de Dezembro do ano de 2024, às 10h10, o Comitê de Governança Estratégica (CGE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou a 6ª reunião ordinária na sala de reunião nº 433, 4º Andar, edifício sede do MTE. Estando presentes os membros: Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho, que presidiu a reunião, Chefe de Gabinete do Ministro, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Secretário da Secretaria de Inspeção do trabalho, Secretário da Secretaria de Proteção ao Trabalhador Substituto, Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho, Subsecretário de Análise Técnica da Secretaria Executiva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Presidente da FUNDACENTRO (on-line), Ouvidor, Corregedor, Presidente da Comissão de Ética, Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria Executiva, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva, Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Executiva, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, Chefe de Assessoria Especial de Promoção da Igualdade no Trabalho, Chefe de Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento Substituto, Chefe de Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Substituta, Assessora Especial do Gabinete do Ministro, Assessor da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda, Coordenadora do Gabinete do Ministro, Assessor da Secretaria Executiva, Diretor do Departamento de Gestão de Benefícios, Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos.

O Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes e abriu os trabalhos com a primeira pauta do dia: Plano de Entregas de Governo 2025/2026. O Secretário iniciou a sua fala apresentando o conteúdo das entregas de cada Secretaria e solicitou que cada uma revise o texto, confira os dados/metadados, verifique se falta alguma marca e devolva para a Secretaria-Executiva, no prazo de até o dia 16/12/2024, para que o Ministro apresente no dia 19/12/2024. A primeira entrega do MTE será o "e-Consignado", uma proposta de Projeto de Lei com o objetivo de extinguir o modelo atual do Saque-Aniversário do FGTS e criar este novo modelo de empréstimo consignado. O segundo programa é o "Qualifica PAC", cujo objetivo é reunir em uma única plataforma digital os cursos de qualificação e capacitação profissional oferecidos pelo Governo Federal. O terceiro programa é "Economia Popular e Solidária" com a realização das ações: Cadastro de Empreendimentos Solidários, Formação de Agentes de Economia Popular e Solidária e Rede de Cooperação Solidária. Em seguida, o MTE irá propor a "Regulamentação e Apoio ao Trabalho por Aplicativos" que envolve ações de Fiscalização, Acesso aos direitos trabalhistas, Infraestrutura de Apoio e Desenvolvimento de Software Público. A seguir, será apresentado o programa: "Pactos pelo Trabalho Decente, realizando Fiscalização das empresas signatárias dos pactos, Criação do Observatório para registrar as boas práticas de empresas na área de saúde e segurança do trabalhador, Pactos já firmados e Pactos em processo de assinatura. O sexto programa é: "Política de Igualdade Salarial", a fim de fiscalizar o cumprimento da Lei 14.611/2023, Qualificação profissional para reduzir as desigualdades de gênero, o Cadastro Nacional dos Profissionais de Cuidado que visa certificar a profissão dos cuidadores, Valorização do Trabalho Doméstico Remunerado, Aumento no auxílio creche, Negociação Coletiva, incentivo a inclusão de cláusulas de igualdade salarial e de condições de trabalho para mulheres nas convenções e acordos coletivos, Criação de Observatório das Empresas Engajadas, Selo Empresa Amiga da Mulher, destacando empresas que adotam políticas de inclusão, equidade salarial, combate à discriminação e promoção do empoderamento feminino. A seguir, a Agenda de "Redução da Jornada de Trabalho 6x1", com medidas que visem à redução das jornadas de trabalho, a flexibilização das condições de trabalho e o fortalecimento da proteção social para os trabalhadores. O sétimo programa é: "Direitos dos Trabalhadores Terceirizados e o oitavo trata-se do: "Novo PAT", com as ações de Estímulo ao

Arranjo Aberto, Fim do Rebate, Interoperabilidade, Portabilidade de Vouchers, Recriação do CTPAT. O nono programa é: "Aplicativo CTPS Digital", com as seguintes ações: Projeto piloto agregando saúde, educação e direitos sociais, Divulgação dos benefícios da CTPS digital, Possibilidades de implementação, Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET). E, por fim, o décimo programa apresenta a "Nova PL do Jovem Aprendiz", com sugestão de Aumento da base de cálculo das cotas de aprendizes nas empresas, Criação do Fundo Especial no FAT para financiar programas de qualificação profissional e apoio financeiro para as empresas que contratam aprendizes, Fomento às Boas Práticas nas Empresas e Ampliação do Tempo de Contrato.

Em seguida, o Coordenador do CGE, senhor Cláudio Py cumprimentou a todos e, dando continuidade à pauta, passou a palavra para a Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, senhora Máira Lacerda, que iniciou a sua fala apresentando a Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras (PWR/Lula-Biden). A Parceria Brasil-EUA, lançada em setembro de 2023, objetivou proporcionar um crescimento econômico inclusivo, equitativo, sustentável e que não deixe ninguém para trás, com a finalidade de promover a igualdade e a justiça racial e de gênero; proteger o meio ambiente e enfrentar a crise climática; fortalecer a democracia e promover os direitos de trabalhadores. A senhora Máira comentou que a principal entrega foi a Campanha de Estresse Térmico, onde pediu-se aos governos, empregadores e sindicatos que trabalhassem juntos para combater os riscos e tomar medidas para prevenir doenças causadas pelo calor. O Departamento do Trabalho dos EUA (US-DOL) está direcionando US\$ 2 milhões para apoiar os sindicatos brasileiros na proteção a trabalhadores do calor excessivo. Tanto os EUA como o Brasil criaram aplicativos para avaliar o risco do calor excessivo em tempo real e encontrar orientações sobre como se manter seguro. O segundo objetivo da Parceria apresentado por Máira é: Acabar com o trabalho análogo ao escravo, promovendo ações e projetos de combate ao trabalho escravo nos setores agropecuários, do café, de mineração de ouro e carvão vegetal, além de promover acordos coletivos na agricultura que reduzam a vulnerabilidade de trabalhadores. O terceiro objetivo trata-se de "Fortalecer o poder do trabalhador", a Parceria realizou o seminário internacional de negociação coletiva em novembro de 2024 e em janeiro de 2025 iniciará um programa de formação de jovens líderes sindicais dos EUA e do Brasil. A quarta entrega foi: "Aumentar a participação dos trabalhadores nas instituições multilaterais", em que a Parceria apoiou os Princípios para Transições Energéticas Justas e Inclusivas do G20, com uma transição justa para energia limpa que deve respeitar os direitos trabalhistas, proteger trabalhadores vulneráveis, incluir sindicatos e vozes de trabalhadores nas decisões de política energética; e o G20 emitiu também Prioridades Políticas para Reduzir as Desigualdades no Mundo do Trabalho. A seguir, Máira apresentou o planejamento das ações da Parceria para 2025: Ajudar os países parceiros a implementar suas próprias diretrizes de alto nível sobre direitos trabalhistas em todo o mundo; Unir-se com os parceiros para mobilizar a cooperação sobre os direitos dos trabalhadores em instituições multilaterais e garantir resultados políticos que funcionem para os trabalhadores; e Basear-se no legado do presidente Lula e todo seu histórico de luta pela justiça social no Brasil e no mundo e no do presidente Biden como o presidente dos Estados Unidos mais pró-trabalhador e pró-trabalho da história. Enfim, informou que a África do Sul, a Espanha e o Chile se juntarão ao Brasil e aos EUA nessa Parceria. O Chefe de Gabinete do Ministro, senhor André Segantin pediu a palavra para comentar que no ano de 2025 a ASSINT assumiu a presidência da equipe da Coalizão Internacional pela Igualdade de Pagamento, além de estar presidindo a agenda do Mercosul e do BRICS.

A seguir, o senhor Cláudio Py passou a palavra para o Corregedor, senhor Fernando, que iniciou a sua participação apresentando o resultado final da 3ª rodada de avaliação da maturidade correicional, realizada pela CGU, onde a Corregedoria do MTE cumpriu na integralidade 47 das 59 atividades, nos quesitos "existência" e "institucionalização" – 80%, e, 14 dos 21 macroprocessos – 66%. Informou que a Corregedoria do MTE implementou 100% o KPA nos níveis 3 (integrado 13/13) e 2 (padronizado 26/26), e no nível 4, encontra-se (gerenciado 6/10) e no nível 5 (otimizado 2/10). No resultado geral, das 217 Corregedorias avaliadas, apenas 23 alcançaram os níveis 3, 4 ou 5. E a conquista do nível 3 de maturidade correicional da Corregedoria do MTE a colocou entre as top 11% do país nesse quesito. Para 2025, o corregedor informou que pretende alcançar o nível 4 do CRG-MM, KPA 4.1 com atuação preventiva a partir de riscos e vulnerabilidades, em que criou a Divisão de Análise de Riscos e Prevenção, KPA 4.2 com a gestão eficaz de equipes, em que irá formalizar essa ação e a KPA 4.4 com as medidas de aferição de desempenho da atividade correicional, onde irá executar a fase de seleção de indicadores.

Adiante, o senhor Cláudio Py passou a palavra para o Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade,

senhor Rogério, que apresentou a programação orçamentária e financeira. Sobre a execução orçamentária, a data limite para empenho para as despesas primárias discricionárias – RP 2 é até 09/12/2024 e a reabertura em 13/12 após cortes. Registrou que hoje o MTE está com o orçamento zerado, pois o que não foi empenhado até o dia 9 de dezembro foi recolhido pela SOF. A data limite para empenho das demais despesas é até 31/12/2024, como por exemplo, as emendas parlamentares, que as Secretarias/Unidades do Ministério precisam solicitar recursos financeiros para a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças até hoje às 16h, para que a DAFC solicite os recursos financeiros para a SRI. A seguir, apresentou os bloqueios orçamentários referente à execução de 2024: Dotação atual de 779 milhões, bloqueio anterior Decreto 12.204/2024 de 38 milhões, novo bloqueio Decreto 12.279/2024 de 52 milhões, Dotação disponível após os cancelamentos de 687 milhões e o limite de empenho até dezembro é de 687 milhões. Em seguida, apresentou os dados de execução no Painel Orçamentário do MTE de 2024, em que a grande maioria das unidades atingiram acima de 90% da execução orçamentária até hoje e provavelmente, irão atingir 98% até o final desse ano. Adiante, apresentou os dados de estoques de restos a pagar, no valor de 437 milhões, no início de 2024, foi realizado um pagamento de 195 milhões e ainda há um estoque de 233 milhões. Para o ano de 2025 é provável que haja mais de 100 milhões de restos a pagar referente a 2024 e somando o que há no estoque, restarão em torno de 400 milhões de restos a pagar que precisarão ser alinhados com a execução financeira de 2025, por isso a DAFC notifica as Secretarias/Unidades bimestralmente que avaliem com precisão o saldo de restos a pagar, ou seja, avaliar se aquela obrigação constituída ainda será efetivada. Finalizando, comentou sobre a impositividade orçamentária, ou seja, o MTE é obrigado a executar todo o orçamento que lhe foi disponibilizado, porque quando "sobra" orçamento significa que algo o Ministério deixou de fazer e então precisa justificar, ou seja, as unidades que não executaram o orçamento acima de 90% precisarão justificar, fundamentar o porquê da não execução. Acrescentou que se o MTE não apresentar a devida justificativa, os gestores serão responsabilizados. E o prazo para encaminhar o relatório com as justificativas da execução financeira de 2024 é de até janeiro de 2025. Em seguida, passou a palavra para o Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos, senhor Welinton Vitor dos Santos, que expôs sobre a Gestão de Custos do Ministério. A Secretaria do Tesouro Nacional criou um sistema de gestão de custos macro, o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), para organizar as informações de custos recebidas dos sistemas estruturantes de governo, especialmente os sistemas de informações contábeis e financeiras. O objetivo do SIC é fornecer informações para subsidiar o processo de tomada de decisão governamental dos gestores públicos, contribuindo para a alocação mais eficiente dos recursos governamentais. No entanto, há a necessidade de que o MTE conte com um sistema próprio capaz de gerar dados reais que irão suportar com mais precisão a tomada de decisão da alta administração, capaz de informar por exemplo, quanto custa de fato, determinado processo, programa, ação, política etc. Comentou sobre o porquê de gerenciar custos no MTE: para mensurar e evidenciar os custos dos programas, centros de responsabilidade, projetos, atividades, bens, serviços e demais objetos de custos; apoiar a avaliação de desempenho permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas ou privadas estimulando sua melhoria; subsidiar a tomada de decisão em processos tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço, introduzir novos produtos e serviços, descontinuar antigos, estabelecer tarifas; apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções e definições de tarifas e preços aderentes à realidade, com base em custos incorridos e projetados; subsidiar ações de planejamento, monitoramento de custos e melhoria da qualidade do gasto; reproduzir informações que atendam aos diversos níveis gerenciais de uma entidade; subsidiar estudos com vistas a promover a busca pela eficiência nos órgãos e entidades do setor público; direcionar políticas de contingenciamento do gasto público com objetivo de minimizar seus impactos nas ações governamentais; e apoiar o monitoramento do planejamento estratégico. A seguir apresentou as diretrizes para o gerenciamento de custos do MTE: i) designadas equipes para desenvolver as diretrizes do modelo de gerenciamento de custos, segundo Portaria SE/MTE 1.453/2024; ii) elaborado cronograma de tarefas do processo de trabalho; iii) utilizados modelos de melhores práticas do Ministério da Justiça, do MGI e da CGU; iv) o modelo irá trabalhar com os custos das unidades administrativas do Ministério, conforme estrutura do SIORG; v) os custos serão acumulados segundo a Cadeia de Valor do MTE; vi) está sendo adotada uma estratégia gradualista; e vii) consignada Nota Técnica com as diretrizes e o escopo do gerenciamento de custos proposto para o MTE. Por fim, apresentou as próximas ações da implementação da gestão de custos: i) Submissão da Nota Técnica ao SE; ii) Portaria de implementação do Modelo de Gerenciamento; iii) Elaboração do Manual de Procedimentos Operacionais; iv) Preparação dos

Artefatos de apoio ao processo de mensuração de custos; v) Definição das Unidades-piloto e priorização, que terá início pela DTI e DAFC; Elaboração do cronograma de ações de implementação para 2025, focando a apuração dos custos; e vi) Definição das ações para 2026. Por conseguinte, enfatizou sobre a importância do apoio de todas as Secretarias/Unidades para a execução/implementação da Gestão de Custos do Ministério. Senhor Cláudio Py tomou a palavra para comentar que essa Agenda cumprirá um dos requisitos dos órgãos de controle em relação à Governança/Transparência/Integridade.

A seguir, a palavra foi passada para o Diretor de Tecnologia da Informação, senhor Heber, que iniciou a sua participação apresentando o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que será objeto de aprovação desse Comitê de Governança Estratégica no dia de hoje. Informou que foi criado um Comitê de Governança Digital, que dialoga com o Ministério sobre a demanda das Secretarias/Unidades em relação à TI. Atuou no relatório de gestão integrada, desenvolveu painéis como o de gestão orçamentária, o da ouvidoria, o da LAI, inclusive, alguns Órgãos pretendem aderir ao modelo do painel da ouvidoria. Entregou também plataformas importantes como o FGTS Digital, o novo abono salarial, o domicílio eletrônico trabalhista, o cadastro nacional de entidades digitais, o sistema de gestão do FAT, que era uma demanda de 20 anos atrás, que por ser crítico/robusto será transferido para a DATAPREV, dentre outras soluções. Acrescentou que a Segurança da Informação tem sido prioridade e devido a esse trabalho, o MTE não sofreu impacto da invasão que ocorreu em 16 órgãos, mesmo estando ligado a eles e até o momento não houve nenhum incidente grave. A seguir, comentou que foi iniciado um trabalho de transformação digital, há 108 serviços disponibilizados ao cidadão no Gov.Br que estão sendo mapeados para definir-se as estratégias de conversão para uma plataforma digital. Informou que o PDTI registrou até hoje 160 necessidades, sendo 97 na Secretaria-Executiva, 35 na SIT, 9 na SPT, 9 na SEMP, 5 na SRT, e 1 na SENAES, na Corregedoria, na CONJUR, na ASPAR e na AECL. Adiante, apontou os principais sistemas previstos para 2025: o E-consignado, o CBO, a CAGED, o SINTRA, o E-Social, o Painel de Prestação de Contas, o Sistema de Qualificação, o Sistema do Projovem, o CNES, o Mediador, o Painel de relações do trabalho, o Programa de alimentação do trabalhador, o domicílio eletrônico trabalhista, o FGTS Digital, o CAEP, o SIGFAT, o Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, a Carteira de trabalho, o Sistema de registro profissional, dentre outros. Enfim, informou que a DTI está lançando uma Plataforma Unificada de Atendimento ao cidadão, permitindo que seja feito agendamento pela internet, podendo fazer requisições e conseguir ser atendido dentro da Plataforma sem necessidade de deslocamento físico dos 108 serviços do MTE no Gov.Br pretende-se que metade sejam migrados para essa Plataforma, a fim de resolver as necessidades do cidadão totalmente de forma digital. Então, o senhor Claudio Py propôs ao Comitê a aprovação do PDTI que foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.

Adiante, a palavra foi passada para o Diretor de Gestão de Pessoas, senhor Jobson, que iniciou a sua participação falando das entregas do ano de 2024, fruto da interação da DGP com todas as áreas do Ministério, às quais agradeceu em nome de seus gestores e em especial, ao Chefe de Gabinete do Ministro, André Segantin e ao Chefe de Gabinete da SE, Odair Behn. Dentre as inúmeras entregas de 2024, ressaltou a capacitação de 2.695 agentes públicos, o MTE foi o órgão que mais capacitou na esplanada dos ministérios, nesse ano, em termos proporcionais. Para os anos 2025 e 2026 pretende-se executar o Programa Valoriza Servidor, cujo objetivo é reconhecer os servidores que se destacam em suas atividades com base em critérios de inovação, tempo de serviço e qualidade de atendimento. Expôs também sobre o Programa Saúde e Trabalho que irá focar na redução de afastamento por saúde, como estresse, ansiedade e outras condições oriundas de um ambiente de trabalho tóxico. O Programa almeja reduzir em 10% o número de afastamentos relacionados a transtornos de ansiedade, depressão e estresse até 2026. A seguir, falou sobre o Programa Equilibrar, cujo objetivo é melhorar a saúde financeira dos servidores do Ministério por meio de ações de educação financeira e planejamento, com a meta de beneficiar 500 agentes públicos em 2025 e 150 em 2026. Adiante, apresentou o Programa Preparando a Aposentadoria a fim de preparar os servidores próximos à aposentadoria, abordando temas como finanças, saúde, envelhecimento e relações familiares. Em seguida, falou do Programa Agrega MTE com foco na inclusão e acessibilidade, promovendo cursos de LIBRAS e ações voltadas para a capacitação e a criação de um ambiente de trabalho mais inclusivo. E, por fim, apresentou o Projeto Bolsas de "Estudo" que pretende conceder 50 bolsas integrais para pós-graduação; 60 integrais para graduação e 50 parciais para graduação com 50% de desconto.

Em seguida, a palavra foi passada para o Ouvidor, senhor Paulo, que iniciou sua fala tratando do relatório preliminar de avaliação da CGU, cujo objetivo é verificar o exercício das funções de ouvidoria identificando

questões de impacto sobre o cumprimento de obrigações legais, segundo a Portaria Normativa da CGU 116/2024. Enfatizou que o Painel da Ouvidoria foi um destaque na avaliação da CGU inclusive arrolado como uma boa prática a ser seguida por outros Ministérios. O Painel reúne e disponibiliza dados sobre informações e demandas recebidas através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR. A CGU também fez sugestões/recomendações gerais para aprimoramento, como aprimorar o fluxo de tratamento de manifestações e atentar aos prazos limites de resposta, aprimorar os procedimentos de proteção de dados dos denunciantes e iniciar tratativas com a SIT de forma que o órgão utilize o Fala.BR como canal único de entrada de denúncias. Como conclusão, a CGU apontou que a Ouvidoria de um modo geral exerce adequadamente as suas atividades, não identificando questões que apresentassem potencial impacto no cumprimento de suas atribuições legais. Em relação à devolutiva da ouvidoria a respeito do relatório preliminar, ressaltou que a CGU sugeriu que as respostas ao cidadão fossem feitas pela ouvidoria e não pela área fim, então, em outubro de 2024 a ouvidoria implementou um novo fluxo de tratamento de manifestações em que todas as áreas técnicas devolverão suas respostas para que a equipe de analistas da ouvidoria possa revisá-las, assegurando que cada manifestação seja devidamente respondida de forma conclusiva aos manifestantes e numa linguagem cidadã.

Em sequência, apresentando a última pauta do dia, o senhor Claudio Py fez uso da palavra para informar sobre o processo de supervisão ministerial. Em relação às demandas do TCU, a situação até o dia 05/12/2024 é a seguinte: 10 auditorias em andamento, 129 TCEs encaminhadas, 198 acórdãos monitorados, 282 comunicações, e, referente às recomendações/determinações, 130 foram encerradas e 57 encontram-se em andamento. Já referente às solicitações da CGU, até o dia 11/12/2024, há 24 auditorias em andamento, quanto às recomendações, há 95 suspensas, concluídas e consolidadas, 41 em atendimento pelo Gestor, 83 em análise pela CGU e 124 em monitoramento. Todos esses dados estão disponíveis no Painel da AECI. A seguir, informou que o TCU publicou a IN 98, de 27/11/2024, em alteração à IN 71, onde estabelece novas diretrizes para a instauração, organização e encaminhamento ao TCU dos processos de Tomada de Contas Especial (TCE), trazendo importantes inovações sobre o banco de arquivamentos por prescrição, o sistema de prevenção à prescrição; e introduziu o Capítulo VI - da solução consensual. Sobre os dados até o dia 03/12/2024, há 5 TCEs no Controle Interno, 27 débitos inferiores, 7 foram devolvidas ao instaurador e 20 encontram-se em elaboração no instaurador. Informou que esse ano o Ministério está em processo de auditoria de contas, diferente do ano passado que se prestou contas via internet, além de prestar contas em algumas situações quase diariamente, hoje também vai prestar contas via auditoria da CGU e do TCU, quem está coordenando é a CGU, além dos relatórios produzidos no decorrer do ano. Vai ter de prestar contas formalmente, inserir peças, por isso é importante atualizar a questão dos rol, ajustando todas essas questões para poder já estar alinhado com a CGU e o TCU para quando chegar em março de 2025, tanto o relatório de gestão como o resultado das auditorias estejam devidamente ajustadas e equacionadas. As informações sobre a prestação de contas estão disponíveis na intranet. Quanto ao gerenciamento de Integridade, o Ministério completou a 3ª fase do programa de integridade, inclusas as áreas finalísticas, realizando-se atualmente o monitoramento. Sobre os dados do monitoramento de riscos à integridade do ano de 2024, a posição até o dia 12/12/2024 é a seguinte: Há 913 eventos de riscos, 857 riscos baixos, 53 riscos médios, 3 riscos extremos, 78 controles propostos, em que 36 encontram-se em andamento e 42 foram concluídos. A seguir, comentou sobre o sistema AGIR, o qual encontra-se na fase de decisão do perfil das pessoas que terão acesso e, do total de 88 processos de trabalho, somente entrarão como obrigatórios, em torno de 40 processos que estão alinhados com o PPA, o planejamento estratégico e com a carteira de valor das entregas. Finalizando, apresentou o indicador iESGo (índice de Governança e Sustentabilidade) TCU 2024 do Ministério, o percentual em março de 2024 foi de 51,90% e o de novembro de 2024, 65,81%, ou seja, uma evolução de 13,91%, com destaque para o índice de gestão de pessoas (evolução de 20,56%), o índice de governança e gestão orçamentárias (evolução de 27,99%) e o índice de gestão orçamentária (evolução de 53,81%). Esse novo resultado colocaria o MTE na 6ª posição no ranking entre os Ministérios.

Finalizando a reunião, o senhor Cláudio Py, Coordenador do CGE, perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra e, como ninguém sinalizou, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 12h30. E, eu, Josabet Dourado Guerra, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antonio de Almeida Py, Chefe de Assessoria Especial**, em 27/01/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Xavier Rocha, Diretor(a)**, em 27/01/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Perito, Secretário(a) de Relações do Trabalho**, em 27/01/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Segantin Luiz, Chefe de Gabinete**, em 27/01/2025, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Ferreira Machado, Diretor(a)**, em 27/01/2025, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO DE DEUS DEL CASTRO, Assessor(a)**, em 27/01/2025, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Eduardo Medeiros Aquino, Chefe de Gabinete**, em 27/01/2025, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anaterra Oliveira da Silva, Assessor(a)**, em 27/01/2025, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Mendes Monteiro, Corregedor(a)**, em 27/01/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANATALINA LOURENÇO DA SILVA, Chefe de Assessoria Especial**, em 27/01/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Lacerda e Silva, Chefe**, em 27/01/2025, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MONTAGNER, Subsecretário(a)**, em 28/01/2025, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jobson de Paiva Sales, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 28/01/2025, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Odair Henrique Michels Behn, Chefe de Gabinete**, em 29/01/2025, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO CRISPIM SENA BARROS, Chefe de Assessoria Especial**, em 04/02/2025, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heber Fialho Maia Junior, Diretor(a)**, em 04/02/2025, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Marcello Fonseca Marques, Ouvidor(a)-Geral**, em 10/02/2025, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LUIZA FONSECA DO VALLE, Assessor(a) Especial**, em 11/02/2025, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marta Trindade Veloso Fulcar, Chefe de Gabinete**, em 11/02/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=4444931&crc=FF246161, informando o código verificador **4444931** e o código CRC **FF246161**.